

44

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2013

**Para a Memória da Faculdade de Letras**  
**(Nota sobre as informações da Comissão Diretiva da Faculdade de Letras**  
**da Universidade de Coimbra entre 6 de maio e 28 de junho de 1974)**

FERNANDO REBELO  
CEGOT e Departamento de Geografia da FLUC  
fernandorebelo4@gmail.com

*Resumo:*

Na sequência da Revolução do 25 de Abril de 1974, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi dirigida por uma Comissão Paritária de Gestão, constituída por 6 docentes e 6 estudantes. As informações emitidas entre 6 de maio e 28 de junho permitem acompanhar o desenvolvimento do processo de gestão durante este curto mas conturbado período.

*Palavras chave:*

Revolução do 25 de Abril; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Comissão Paritária de Gestão.

*Abstract:*

After the Portuguese Revolution of 25 April 1974, the Faculty of Arts of the University of Coimbra was managed by a joint committee composed of professors (6) and students (6). The available information from the 6 May – 28 June period allows one to follow the management process during this short but troubled time span.

*Keywords:*

The Portuguese Revolution of April 25th 1974; Faculty of Arts of the University of Coimbra; Joint Committee.

Entre 25 de abril e 3 de maio de 1974, com as portas da Faculdade fechadas, foram os estudantes, reunidos em Assembleia Geral de Escola nas instalações da Associação Académica de Coimbra, que escolheram uma Comissão Diretiva para assumir a gestão logo que fosse possível. Pessoalmente, recebi um telefonema perguntando-me se aceitava integrar essa Comissão. Ainda Assistente, mas informado do nome dos Professores com quem iria trabalhar (José Sebastião da Silva Dias, Alfredo Fernandes Martins, Paulo Quintela, Victor Matos e Miguel Baptista Pereira), aceitei de imediato. Não tinha qualquer experiência administrativa, mas, em 1971, fora o Assistente da Faculdade de Letras escolhido para integrar um *Grupo ad-hoc*, constituído por um Professor catedrático, um Professor extraordinário ou auxiliar e um Assistente de cada Faculdade, encarregado de, com o patrocínio do Reitor Gouveia Monteiro, e sob a presidência de Eduardo Correia, da Faculdade de Direito, proceder à elaboração de uma contraproposta às *Linhas Gerais para a Reforma do Ensino Superior*, propostas pelo Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão<sup>1</sup>. Dois anos depois, no ano letivo de 1973/74, fui eleito pelos meus pares para representante dos Assistentes da Faculdade de Letras no Senado da Universidade; como achei perfeitamente natural, nunca fui convocado para qualquer reunião<sup>2</sup>.

A 1ª Reunião da Comissão Diretiva realizou-se no dia 6 de maio entre as 16 e as 20 horas. Como “Ordem do Dia”, de acordo com a Informação nº 1, encontravam-se dois pontos – questões processuais e matéria de fundo.

Entre as questões processuais estavam as regras de funcionamento, a distribuição de tarefas, a periodicidade das reuniões, a (eventual) representação do pessoal técnico, administrativo e auxiliar, a situação administrativa da Faculdade e a informação sobre as atividades da Comissão. De salientar a distribuição das tarefas, que envolvia apenas os membros docentes – Silva Dias, o mais antigo, encarregava-se dos contactos com professores e representantes da gestão

---

<sup>1</sup> *A Reforma do Ensino Superior. Reflexões e Propostas de um Grupo de Professores e Assistentes da Universidade de Coimbra* foi o título do livro de difusão restrita, com 76 páginas, publicado em julho de 1971 (composto e impresso em Viseu) e assinado por Eduardo Correia, José Cardoso do Vale, Fernando Serra de Oliveira, Luís de Albuquerque, Alfredo Fernandes Martins, António Pinho de Brojo, Henrique Miguel de Oliveira, Carlos Alberto da Mota Pinto, Fernando Rebelo, Henrique Carmona da Mota, José Pizarro Beza, Orlando Pinto e Artur Soares Alves.

<sup>2</sup> No entanto, o motivo principal para a aceitação terá sido o facto de, após três anos e pouco de serviço militar obrigatório, efetuado em Mafra, Cascais e Lisboa (12.setembro.1966-30.novembro.1969), estar com data marcada para regressar (24 de outubro de 1974), agora para realizar um curso de capitães milicianos, em Mafra, seguido da inevitável ida à Guerra Colonial. Lutar no meu posto de trabalho era uma forma de agradecer aos “capitães de abril”.

extra-Faculdade, Fernandes Martins das questões administrativas, Victor Matos da informação das atividades da Comissão, Paulo Quintela e Victor Matos do contacto com Assembleias e Miguel Baptista Pereira dos problemas escolares individuais. Fernando Rebelo ficava com “funções secretarias”.

Uma “nota” explicava que “a execução de cada uma destas tarefas inclui, naturalmente, a correspondente participação dos estudantes designados nesta Comissão Paritária e dos elementos eleitos do pessoal técnico, administrativo e auxiliar”. Estes últimos ainda não estavam presentes – não tinham sido eleitos. Mas adiantava-se no ponto seguinte que os seis representantes do pessoal “serão integrados na Comissão e especificada a sua participação logo que ratificada no próximo Plenário”<sup>3</sup>. Só ao tratar da “situação administrativa da Faculdade” se refere a existência de um “Director interino” – “Requerido um balancete (assinado pelo responsável da Secretaria, pela Direcção cessante, pelo Director interino e por dois membros da Comissão Directiva) como condição prévia da transmissão completa de poderes”. Quanto à informação sobre as atividades da Comissão, destaque-se que “os pontos a incluir na Ordem do Dia, para poderem ser afixados antes da reunião” deveriam ser “entregues a qualquer dos membros da Comissão, de modo a poderem ser transmitidos ao Secretário até às 10 h do dia em que cada uma se realiza”. Antes, ficava claro que a Ordem do Dia seria afixada e divulgada, o mesmo se fazendo com “um resumo da Acta de cada reunião”, ou seja aquilo a que se começava a chamar já “Informação”.

Quanto à “matéria de fundo”, referia-se o pedido feito à Secretaria para compilar documentos emanados pelo Movimento das Forças Armadas e da Junta de Salvação Nacional. Depois, alinhavam-se aquelas que poderão considerar-se as primeiras “propostas dos estudantes sobre questões relativas ao ‘saneamento’ da actividade docente”. Sobre as propostas, a Comissão nada decidiu – “resolveu aguardar a reformulação da proposta dos estudantes de Filosofia” e “esclarecer na próxima reunião (...) as bases da atitude a adoptar na identificação de casos afins segundo o âmbito de competência formal que põem em causa”.

O dia 6 de maio era segunda-feira. A reunião seguinte ficou marcada para quarta-feira, dia 8. E, nesse dia, a reunião começou uma hora antes do que havia sido deliberado na primeira, ou seja, às 15 em vez das previstas 16

---

<sup>3</sup> Os estudantes, escolhidos pelos seus colegas de curso, eram: Maria do Céu Fialho (Filologia Clássica), Clara Crabbé Rocha (Filologia Românica), António Joaquim Sousa Ribeiro (Filologia Germânica), Rui Cascão (História), entretanto substituído pelo seu colega Rui Feijó, António Manuel Gama Mendes (Geografia) e João Agostinho de Almeida Santos (Filosofia). Quanto aos funcionários, levantaram-se, depois, questões que dificultaram a sua eleição, acabando por ficar apenas a ideia de os ver representados na Comissão Directiva.

– a Informação nº 2 diz que decorreu das 15 às 18 horas. O primeiro ponto da Ordem do Dia tratava logo dos horários das muitas reuniões que então ocorriam na Faculdade – “o horário das reuniões será das 9 às 19.30 horas”. Mais, “em nome da necessidade de coordenar a atribuição de locais e de tempos a autorização das reuniões (seja para quem for) será obtida através dos representantes das questões administrativas”. Abria-se, todavia, uma exceção – poderiam ser autorizadas reuniões fora do horário estabelecido mediante pedido “por escrito com a antecedência mínima de um dia” e assinado por “três pessoas que se responsabilizem pelo pagamento do tempo extra do pessoal, da luz, da limpeza e de eventuais prejuízos”. Nesta reunião, foram atribuídos gabinetes para serviços administrativos e para atender alunos e continuou a discussão “das propostas de estudantes sobre questões relativas ao ‘saneamento’ da actividade docente”. Note-se que, por esta altura, já um quadro, com origem desconhecida da maioria dos docentes, estava colocado no átrio da Faculdade, contendo uma lista de nomes de professores malqueridos por estudantes.

As reuniões da “Comissão Directiva”, mais conhecida como Comissão Paritária de Gestão, sucediam-se com a frequência previamente determinada. A Informação nº 3 reporta-se ao conjunto das três reuniões da semana – 13, 15 e 17 de maio. E o assunto, que já estava em discussão nas duas primeiras reuniões, deu origem, finalmente, a conclusões.

Assim, “em face de propostas de Assembleias de Estudantes deliberou-se a instauração imediata de processos de inquérito relativos: (a) às actividades repressivas de anteriores Direcções da Faculdade e de empregados coniventes, (b) a docentes, quanto às suas responsabilidades em actividades idênticas e em matérias de competência pedagógica, com aplicação paralela de medidas preventivas de dispensa de serviço”. Silva Dias e Fernandes Martins foram encarregados de se debruçarem sobre a reestruturação do Curso de Férias. No entanto, durante a semana, as reuniões serviram basicamente para a “discussão de propostas de estudantes relativamente a frequências e exames finais”. Salientem-se deliberações como a fixação das provas escritas com uma duração de três horas, podendo prolongar-se até quatro, a classificação mínima de 10 valores para dispensa de prova oral em exame final ou o “direito a exame final para melhoria de classificação”. Outras deliberações foram tomadas em ligação com problemas do momento – a possibilidade da aprovação final com a nota da primeira frequência, desde que essa nota tivesse sido pelo menos de 10 valores, mantendo, no entanto, o direito a últimas frequências, “a constituição de júris ad-hoc para disciplinas regidas por professores dispensados de serviço”, a “definição paritária dos critérios e processos de exame das matérias em causa” e adiamentos de frequências.

Ficaram como “questões pendentes adiadas para as próximas reuniões” os casos das dissertações de licenciatura, na época obrigatórias para a conclusão dos cursos, e da “constituição de comissões mistas para a execução de trabalhos em férias (...) e cursos livres, bem como o estudo do “alargamento do quadro de pessoal docente (readmissão de professores recusados, recrutamento e promoção de docentes)”.

A Informação nº 3 não refere o assunto, mas no dia 17 de maio terá sido discutida uma proposta de Decreto-Lei a dirigir ao Ministro da Educação e Cultura no sentido de institucionalizar as Comissões Paritárias de Gestão, que, na realidade, estavam a funcionar apenas com o que então se dizia ser a legitimidade revolucionária. A proposta referia-se a “cada Faculdade da Universidade de Coimbra” e era muito clara quanto à paridade entre docentes e estudantes, não referindo funcionários. Também era muito clara quanto à necessidade de eleição de um Presidente pelas “comissões de gestão”, “com as funções atribuídas na legislação anterior aos directores”. Nem sequer se mencionava a expressão “Director interino” que, na Faculdade de Letras, como vimos acima, foi, de início, assumida por José Sebastião da Silva Dias<sup>4</sup>. Dez dias depois, o Decreto-Lei nº 221/74, de 27 de maio, assinado por Adelino Palma Carlos (Primeiro Ministro) e por Eduardo Correia (Ministro da Educação e Cultura), legitimava, provisoriamente, as comissões de gestão que “escolherão entre os docentes um presidente que as representará e assegurará a execução das deliberações colectivamente tomadas”. Só no dia 11 de junho deu entrada na Faculdade de Letras o ofício datado de 31 de maio, assinado pelo “Director-Geral” do Ensino Superior, Alberto Ralha, dando a conhecer que “foi confiada a Direcção das Faculdades ... às comissões de gestão...”

A Informação nº 4 reportava-se às reuniões de 20 e 24 de Maio. Pela primeira vez, uma Informação vem assinada. “Pel’ A Comissão Directiva”, assinam Victor Matos, F. Silva Rebelo e Rui Feijó. As Informações nº 5 e nº 6 foram, igualmente, assinadas pelos mesmos três membros.

Torna-se evidente que, com a aproximação da época de exames os pontos mais importantes não podiam deixar de se relacionar com eles. Correspondem à explicitação de deliberações anteriores. Ficou deliberado, por exemplo, que a segunda frequência “serve exclusivamente para melhorar a nota”. Quanto à matéria de exame final explicita-se que a prova deverá ter “três grupos de três perguntas sendo o primeiro sobre a matéria abrangida pela 1ª frequência,

---

<sup>4</sup> Mas muito menos aceitaria o modo como o nosso presidente assinou dois ofícios circulares no dia 28 de maio, um sobre problemas de organização sindical dos docentes, outro sobre exames: “A bem da Nação, O Director da Faculdade”.

o segundo sobre a matéria da 2ª e o terceiro sobre a restante matéria, quando seja caso disso. A classificação será exactamente a mesma para qualquer das três perguntas escolhidas dentro dos grupos mencionados”. Sobre a “constituição dos júris” talvez a maior novidade: “Fará parte do juri de exame de cada disciplina um representante dos alunos que nela já tenha obtido a respectiva aprovação”. Seguem-se várias indicações sobre a escolha do aluno e o modo de funcionamentos dos júris.

Nestas duas reuniões tratou-se também de analisar o estado da “aparelhagem mecânica da Faculdade”, deliberando-se mandar reparar a fotocopiadora e máquina *off-set*. Por fim, “sobre a reestruturação da Faculdade”, deliberou-se “apoiar medidas relativas à constituição de comissões mistas para trabalhos preparatórios de reestruturação orgânica e pedagógica”<sup>5</sup>, bem como “tomar medidas relativas à admissão de pessoal docente rejeitado”<sup>6</sup>.

A Informação nº 5 resume o que se passou nas reuniões de 29 de maio e de 5 de junho. Começa por tentar resolver “dúvidas suscitadas pela Informação nº 4”. Aliás, uma circular do presidente da “Comissão Directiva”, datada de 28, já tentava explicitar alguns pontos tratados nas Informações nº 3 e nº 4. Também se referia a “questões de utilidade geral”, mas o ponto forte daquelas reuniões foi o problema das dissertações de Licenciatura que veio a culminar com a deliberação de “propor superiormente (sem prejuízo do que vier a determinar-se no contexto da reestruturação geral da Faculdade) que: (a) o grau de licenciado seja conferido a todo o aluno que completou ou complete o respectivo plano de estudos até ao fim do corrente ano escolar, ficando com a informação final provisória, embora actuante para todos os efeitos; (b) esta informação provisória possa ser corrigida com a apresentação de uma dissertação até ao fim do ano escolar de 1976, reconhecidas as condições científicas para a sua realização; (c) aos candidatos a quem tais condições sejam reconhecidas poderá ser concedida uma bolsa mensal de 4 500\$00 (a qual terá de ser reposta

---

<sup>5</sup> A reestruturação orgânica e pedagógica de alguns cursos já tinha começado a fazer-se – havia já muito trabalho realizado, por exemplo, a nível da Licenciatura em Geografia, com profícuas reuniões entre professores e estudantes, após a Crise Académica de 1969. Eu próprio, antes do “25 de Abril”, em alguns casos, já tinha substituído, a 2ª frequência por trabalhos de grupo devidamente acompanhados.

<sup>6</sup> Apesar de, na Informação nº 3, já se ter referido a “promoção de docentes”, a Informação nº 4 esquecia-a. Como único Assistente na Comissão, estava bem posicionado para compreender os colegas que tinham as suas teses de doutoramento adiantadas ou mesmo prontas e à espera da indicação quer da área de especialidade, quer dos respetivos júris. Com data de 24 de Maio, recebi uma carta de Manuel Augusto Rodrigues, que tinha pronta a sua tese, intitulada *A Cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra*, e me expunha os seus problemas nesta matéria.

no caso de os resultados não justificarem a sua utilização)”. Fica-se igualmente a saber que se iniciou “a discussão dos aspectos administrativos da situação das Ciências Pedagógicas”. Mas não se especifica quais.

No dia seguinte ao da segunda reunião, 6 de junho, foi conhecida a constituição dos júris das provas orais dos exames de todas as disciplinas da Faculdade, aí incluídas as cinco disciplinas de Ciências Pedagógicas.

As reuniões seguintes realizaram-se a 5 e 12 de junho e a Informação nº 6 inicia-se pela deliberação tomada sobre uma questão pendente. Anunciam-se as “diligências com vista à imediata nomeação como Professor Catedrático do Doutor Paulo Quintela” e a “confirmação da proposta de readmissão nesta Faculdade, votada na reunião de 20 de Maio de 1974, dos seguintes docentes que anteriormente tinham de um modo ou doutro sido afastados ou rejeitados: Doutor Vasco de Magalhães-Vilhena, ...Doutor Eduardo Lourenço de Faria, ...Doutor José Matoso, ...Licenciado Abílio Hernandez Cardoso, ...Licenciado Fernando Órfão Belchior,...”.

Deliberou-se, também, fazer uma comunicação à Imprensa para informar sobre as atividades da Comissão. Salientam-se, entre outros pontos, a “gestão colegial a nível da Comissão Paritária”, o “procedimento democrático com base nas deliberações das Assembleias de Faculdade” e o facto de o “processo de saneamento” incidir “sobre funções e responsabilidades e não sobre pessoas”. Houve também deliberações relativas a exames e à eleição de delegados para a Comissão de Gestão da Universidade.

Como seria de esperar, nem todas as deliberações foram bem aceites por partes significativas da Faculdade. Às vezes, tomadas sob pressão, algumas vieram a ser fortemente criticadas. Numa Assembleia Geral de Assistentes, Investigadores e Leitores, realizada em 21 de junho, foi fortemente criticada a deliberação que dava por feita a disciplina em que o aluno tivesse tido pelo menos 10 valores na primeira frequência. Pena foi que a reação tivesse sido tardia – a deliberação era pública desde a Informação nº 3 relativa às reuniões de 13, 15 e 17 de maio. Não se tratava de aceitar uma passagem administrativa, mas apenas fazer cair a avaliação de metade ou menos de metade da matéria anual. Uma reação em tempo útil talvez até pudesse ter feito reverter aquela deliberação.

A Informação nº 7 tem características diferentes das anteriores. É datada de 28 de Junho e refere-se a uma reunião no dia 19 de junho, ao Plenário de 26-27 e a uma reunião posterior a este, a 27 ou mesmo a 28. Nota-se que o ambiente na Faculdade era escaldante.

O ponto I da Informação, “Deliberações tomadas pela Comissão Provisória de Gestão antes do Plenário de 26/27 de Junho” refere-se ao “regime de exames” lembrando algumas indicações e posições antes comunicadas através de Informações, devidamente citadas, como que a defender-se de críticas. Mas refere-se, também, a um problema com alunos de Língua Alemã I, dando a conhecer que a Comissão “deliberou por maioria na reunião de 19 de Junho que as respectivas provas orais tivessem carácter facultativo”. Recordando que “o assunto foi objecto de debate ao longo de várias sessões” dá notícia de deliberações importantes em relação com o grupo de Ciências Pedagógicas – “a) não se registarem nos livros os resultados das frequências que ainda nos mesmos não foram registados; b) não marcar datas para exames finais nesta época; c) actuar no sentido de superiormente serem adoptadas as providências necessárias para que os respectivos alunos não sejam prejudicados na sua vida profissional”.

O ponto II afirma que, “em consequência da deliberação tomada na assembleia geral de alunos”, a Comissão convoca um Plenário da Faculdade para o dia 26, pelas 14.30, com a “seguinte ordem do dia: a) Ratificação da proposta de abolição de exames. b) Eventual discussão de outras propostas sobre a mesma matéria.”. Perante esta decisão, a Comissão Directiva “enviou à Mesa do Plenário um texto para ser lido no início da reunião”. E na Informação segue o texto que leva por título “Comunicado da Comissão Directiva da Faculdade de Letras”. Aí se dão explicações sobre os motivos que conduziram à convocação do Plenário, depois de se garantir que será transmitido superiormente o que vier a ser deliberado, “reservando-se, para mais tarde, o direito de uma tomada de posição colegial quanto às implicações dessas deliberações”. Ainda sobre o Plenário, diz-se que a proposta nele aprovada será enviada “às instâncias superiores”, como se diz que a Comissão Directiva “tomou conhecimento dos esclarecimentos orais”, e, ainda, que irá apreciar alguns dos pontos que lhe suscitaram dúvidas, que o aprovado no Plenário só poderá ter “força executiva” após um despacho ministerial. Deduz-se que a Comissão estava entre dois fogos – por um lado, a posição dos Assistentes, claramente contra a abolição dos exames, datada de 21 de junho, e por outro lado, uma proposta de estudantes vinda de uma Reunião (ou Assembleia?) Geral, realizada no dia anterior, para acabar pura e simplesmente com eles. A deliberação anterior de poder atribuir-se a nota final só com a nota da 1ª frequência, não excluía nem a 2ª frequência, nem o exame para quem quisesse. Mas havia outros problemas, seguramente relacionados com este – os “Doutores Vítor Matos e Baptista Pereira” ficavam encarregados de esclarecer as dúvidas dos alunos militares.

No ponto III, “Outras Informações”, dá-se a conhecer que fora oficiado aos professores que estavam autorizados “a deixar de comparecer na Faculdade nas

datas já marcadas para realização de provas”. Decisões tomadas no Plenário? Abolir os exames? Abolir apenas alguns? É pena que a Informação nº 7 não seja muito clara quanto a esta questão. Mas termina com grande clareza sobre “o pedido de transferência da Prof. Dra. Andrée Crabbé Rocha da Faculdade de Letras de Lisboa para a de Coimbra” com o qual houve unânime congratulação dos membros da Comissão Diretiva. Finalmente, deliberou-se, “por unanimidade propor para professores catedráticos por convite os Doutores Vítor Matos e Miguel Baptista Pereira”.

A Informação nº 7 apresenta diferenças relativamente às anteriores. Não se trata apenas da referência a um Plenário, bem como a uma reunião anterior e provavelmente a uma reunião posterior. Trata-se de não ser tão clara como as outras e de ser um tanto repetitiva relativamente a decisões antes tomadas. Até o nome de Victor Matos, que sempre havia sido escrito Victor, como o próprio assinava, aparece como Vítor: todavia, este facto poderá indiciar apenas a mudança do funcionário que passava o texto para “stencil”. Já muito estranho é o facto de Fernando Rebelo ter assinado em primeiro lugar e Victor Matos, que sempre assinava antes, ter assinado depois. E a terceira assinatura, não era de a de Rui Feijó, como nas anteriores Informações – parece ser a de Fernandes Martins. Pela primeira vez, a antiguidade aparece invertida, o que poderá significar que não estávamos os três juntos no momento de assinar a Informação. Como secretário, assinei primeiro, deixando espaço suficiente para que Victor Matos assinasse no lugar do costume. Tudo isto denota momentos de grande tensão na Faculdade. Com efeito, havia professores contestados pelos estudantes. Na sua maioria, os contestados já não constavam no caderno de distribuição de serviço datado de 6 de junho. Mas a contestação atingia outros – por estranho que pareça, até um dos membros da Comissão, Paulo Quintela, chegou a ser contestado<sup>7</sup>.

As Informações, difundidas sob a forma policopiada, além de afixadas em placards funcionavam como resumos das Atas das reuniões da Comissão Diretiva ou, como sempre preferi dizer, da Comissão Paritária de Gestão, salientando aquilo que de mais importante se tratara e, principalmente, as deliberações que delas tinham saído. Correspondiam, acima de tudo, ao desejo

---

<sup>7</sup> Num sábado de manhã, estando de serviço na Faculdade, recebi, à porta, um senhor, talvez aluno, talvez não, que me “exigiu” a retirada imediata de todas as notas dadas pelo Doutor Paulo Quintela. Disse-lhe que não poderia retirar notas que se encontravam afixadas. Fui ameaçado com a destruição de tudo por três centenas de militantes de um determinado partido político, então com alguma força no meio estudantil. Respondi-lhe que os fosse buscar; ficaria ali à espera. E esperei. Como não chegaram, acabei por sair e fechar a porta à hora do costume.

de todos os membros de que mostrassem respeito pelas regras democráticas e uma transparência a que, até ali, ninguém estava habituado.

Por isso, foram bem recebidas no seu estilo sintético inicial. No entanto, a dinâmica de uma Faculdade em efervescência, tanto pelas notícias abundantes dos avanços do processo revolucionário, como por se estar no início das segundas frequências, com os exames já no horizonte, levou a que as Informações começassem a ser mais longas e explicativas. Mas através da leitura das Informações é fácil concluir que, apesar das longas horas de discussões sobre frequências e exames, a Comissão conseguia deliberar sobre outros temas das mais diversas áreas.

A última Informação permite deduzir que havia problemas no interior da Comissão Diretiva. Ainda antes das férias de verão, esses problemas começaram a agravar-se em função de posições por vezes antagónicas de dois dos seus membros docentes mais antigos, dentro e fora das reuniões<sup>8</sup>. O trabalho era muito e desgastante. As pressões eram fortes e variadas. As Informações tinham desempenhado uma função de grande importância para a maioria dos docentes e dos estudantes, mas não eram fáceis de fazer a partir de atas por vezes tão longas<sup>9</sup> como as que a Comissão considerava necessárias. Além disso, a Faculdade exigia a presença constante de alguém com poder de decisão, o que se revelava impossível para um poder colegial. Depressa se concluiu que a Comissão tinha de escolher entre os seus membros uma espécie de executivo que assegurasse o funcionamento da Faculdade. E a escolha recaiu sobre Miguel Baptista Pereira, Fernando Rebelo e Gama Mendes. A Comissão, no seu conjunto, passou a reunir cada vez menos vezes. E assim foi até fevereiro de 1975, quando, com nova legislação, após eleições devidamente organizadas, a Comissão Paritária de Gestão terminou.

Recebido em/Text submitted on: 05/03/13

Accete em/Approved on: 05/03/13

---

<sup>8</sup> Nada que se comparasse com o que veio a acontecer em Setembro. No dia 11, assinando como “O Presidente da Comissão Diretiva”, Silva Dias enviou-me uma carta sugerindo que “as actividades colegiais de direcção” se reatassem “no dia 18 de Setembro pelas 16 horas”. A 17, assinando como “O Presidente da Comissão de Gestão”, convocou uma reunião para 27. Mas a 19, “Pel’ O Presidente da Comissão de Gestão”, Paulo Quintela e Fernando Rebelo convocaram uma reunião para “dia 23 do corrente”, com 12 pontos na Ordem do Dia, deixando a ideia de que antes tinha havido uma reunião. Terá sido mesmo no dia 18?

<sup>9</sup> Desconheço onde se encontra o livro de Atas. Mas penso que ele será essencial um dia que alguém queira estudar este período conturbado da vida da Faculdade.